

## POLIFONIA E TOPOS NA LINGUAGEM: UM TERCEIRO ENUNCIADOR PARA DAR CONTA DA IRONIA

SOELI MARIA SCHREIBER DA SILVA  
(Universidade Federal de São Carlos)

“Conviene recordar aquí a Escoto Erígena, que dijo que la Escritura es un texto que encierra infinitos sentidos y que puede ser comparada com el plumaje tornasolado del pavo real”.

*Jorge Luís Borges*

Este trabalho inclui-se na linha dos estudos sobre a significação lingüística e neles entende-se a linguagem como um fenômeno fundamentalmente dialógico. Nessa perspectiva privilegiam-se as influências de Ducrot (1980 e 1987) sobre semântica argumentativa e polifonia, e de Bakhtin (1981), que vê a linguagem como interação social. Focaliza enunciados do Português com ‘aliás’, com o objetivo de caracterizar esta forma com base na Teoria Polifônica da Enunciação<sup>1</sup>, cuja análise é ampliada com a formulação da Teoria do Topos (1989 e 1995). Propõe-se um terceiro enunciador para dar conta da ironia.

### 1. ALIÁS E TEXTUALIDADE: ALGUNS ASPECTOS

A aplicação dos critérios e testes em *X aliás Y* e especificamente os testes de interrogação, negação, focalização com “é que” e articulação no diálogo indicam que há independência sintática entre X e Y na construção *X aliás Y* tal como pode-se ver em Anscombe e Ducrot (1983) e Silva (1991). Como se sabe, o plano da significação não é um reflexo do plano sintático como veremos na caracterização do ‘aliás’.

A abordagem de Ducrot e outros (1980) mostra que no enunciado com ‘aliás’ o argumento (Q), conteúdo de ‘Y’, vai na mesma direção do argumento (P), conteúdo de

---

<sup>1</sup> Muitas análises deste artigo inserem-se no livro “Argumentação e Polifonia na Linguagem”, publicado pela Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

‘X’, isto é, ambos conduzem para a mesma conclusão<sup>2</sup>. Pretendo, agora, retomar as hipóteses inseridas neste importante trabalho. Em:

(1) Isto não é bom (P). Aliás é péssimo (Q).

Temos uma escala assim:

r  
não é bom ---↑-- péssimo

onde r pode ser, por exemplo, “não compre”.

Vejamos os casos que seguem:

(2) (?) Isto não é bom (P). Isto é ótimo (Q).

(3) Ele fez tudo o que queria (P). Isto é, comprou x, foi à Universidade e realizou o trabalho (Q).

(4) Ele fez tudo o que queria (P). Aliás, comprou x, foi à Universidade e realizou o trabalho (Q).

(5) Isto é ruim (P). Aliás, isto é péssimo (Q).

(6) (?) Isto é ruim (P). Aliás, isto é ótimo (Q).

(7) (?) Isto não é bom (P). Aliás, isto é ótimo (Q).

Podemos dizer que (2) não é aceitável na mesma medida que (1). Em (1) a negação em (P) é descritiva, enquanto que em (2), para ser aceitável, a negação seria polêmica ou metalingüística. A diferença entre (3) e (4) é que, na primeira, Q explica P, o mesmo não ocorrendo em (4).

Quanto a (5) e (6), ressalte-se a inaceitabilidade de (6), principalmente pelo fato de em (6) Q ser oposto a P. O mesmo ocorrendo com (7), tanto se considerarmos a negação em P como descritiva ou como polêmica.

Tudo isto nos leva a considerar que:

a) de fato em *X aliás Y*, P e Q são argumentos de uma mesma classe argumentativa e o “aliás” não organiza esses argumentos de modo a estabelecer que um seja mais forte que o outro<sup>3</sup>.

b) ‘aliás’ não tem um caráter explicativo, registre-se a diferença de (3) e (4).

---

<sup>2</sup> Para trabalhar com a questão da textualidade mobilizando a Teoria da Argumentação, ver excelentes análises das conjunções do português em Guimarães (1987).

<sup>3</sup> Isso pode-se ver no exemplo: Ele não é um estudante (P). Aliás, é um trabalhador que estuda (Q).

c) em *X aliás Y*, *aliás Y* não pode ser visto como continuidade de *X*, simplesmente. Para isto indica fortemente a impossibilidade de (7). Ou seja, não se pode ver *aliás Y* como algo que se diz da mesma posição que se usou para retrucar alguém. Ressalte-se que com a negação metalingüística em (7a), é claramente aceitável.

(7a) Isto não é bom. Aliás, isto é ótimo.

Por outro lado, Ducrot afirma que o argumento (Q) se apresenta como não-necessário para a argumentação. Mas, em seguida, acrescenta que o argumento introduzido pelo ‘aliás’ não pode ser substituído por “dito de passagem” ou “entre parênteses”, por exemplo. Em:

(8) “Por mais que alguns críticos insistam em afirmar que a Curitiba de Dalton Trevisan é pura projeção de memória ou é mítica (com o que aliás eu concordo), o suporte de ambas é a Curitiba”<sup>4</sup>.

não é possível substituir o ‘aliás’ por, ou seja, *dito de passagem* ou *entre parênteses*. Essa substituição tornaria a seqüência inaceitável.

Um fato significativo no comportamento das construções *X aliás Y* é que *Y* pode ser uma oração adjetiva explicativa, mas não uma restritiva.

Pode-se dizer que a adjetivação por orações ou o fato de os adjetivos poderem ser substituídos por uma oração resulta na relação de subordinação adjetiva.

Parece fundamental discutir o fenômeno que ocorre nesse tipo de relação sintática em se tratando de:

(9) Os trabalhadores que foram demitidos continuam desempregados.

Temos aí a delimitação do substantivo *trabalhadores*, isto é, do conjunto de trabalhadores, estamos falando dos que foram demitidos que continuam desempregados. Nesse caso, temos a subordinação adjetiva restritiva. No mesmo exemplo podemos dar um sentido geral para trabalhadores e em seguida atribuímos a eles a demissão. A relação altera-se, a pessoa que produz o enunciado explicita alguma coisa sobre os trabalhadores. Temos, então, uma subordinada adjetiva explicativa. Em Português, a subordinada adjetiva explicativa aparece, na escrita, entre vírgulas:

(10) Os trabalhadores, que foram demitidos, continuam desempregados.

A convivência dessas relativas com a presença do ‘aliás’ pode ser observada em:

(9a) (?) Os trabalhadores que aliás foram demitidos continuam desempregados.

(10a) Os trabalhadores, que aliás foram demitidos, continuam desempregados.

---

<sup>4</sup> O exemplo (8) foi retirado da resenha “Círculos inexoráveis”, em Isto é, 362: 80, nov.

Considerando (9a) uma relativa restritiva, percebe-se que o ‘aliás’ não convive com esse tipo de relação. Isto porque quando o ‘aliás’ retoma o *que* (anafórico) não há possibilidade de haver delimitação do substantivo *trabalhadores*. Contudo, em (10a) a presença do ‘aliás’ é possível porque trata-se de uma relativa explicativa.

A questão da relativa de cuja análise me ocupo aqui, para ser melhor entendida, deve ser inserida na concepção de Bally sobre a coordenação. Segundo Bally, “a proposição relativa explicativa é na realidade uma frase coordenada” (Bally, 1965:58). Podemos dizer que em (9a) há uma relação de subordinação da oração *que foram demitidos*. Já em (10a) há uma independência sintática e tem-se coordenação. Esse é um caminho para distinguir (9a) de (10a). Outro caminho pode ser a convivência do ‘aliás’ com a relativa explicativa com o argumento de que o ‘aliás’ esteja funcionando como advérbio.

Assim podemos levantar a hipótese de que o ‘aliás’ tem uma função que não foi estabelecida até agora, de natureza textual. Explicação essa que pode ser dada pelo fato de o ‘aliás’ passar na relativa explicativa uma vez que o enunciado Y não é parte do enunciado X. Os dois aparecem separadamente.

Já o fato sintático de o ‘aliás’ não passar na restritiva mostra que Y está subordinado a X. Então temos dois tipos de relação frasal, isto é, interna da frase, e uma relação textual - que é dada pelo ‘aliás’. O morfema ‘aliás’ permite, ao que parece, tal distinção. Dessa forma podemos continuar dizendo que o argumento introduzido pelo ‘aliás’ e o argumento precedente são dois julgamentos completos separados.

## 2. ALIÁS: CARACTERIZAÇÃO DA POLIFONIA

Dando continuidade a esse estudo, apoio-me em Ducrot e outros (1980) e Ducrot (1987) e tais trabalhos sugerem a consideração da Polifonia para caracterizar mais adequadamente o funcionamento do ‘aliás’.

Sabe-se que a independência sintática entre X e Y na construção *X aliás Y*, constatada nas análises realizadas em Ducrot (1983) e Silva (1991), bem como na análise de (9a) e (10a), pode aparentemente revelar, ainda que de maneira precária, que, no fenômeno lingüístico em questão, deveríamos continuar insistindo na hipótese de que os argumentos P e Q são também independentes um do outro e que o argumento Q pode até ser desnecessário. A caracterização argumentativa da mesma seqüência mostra que, ao invés disso, temos, nos argumentos P e Q, argumentos de igual força para a conclusão r.

Procuraremos, tomando a caracterização argumentativa já configurada, ver como se poderiam considerar as posições do locutor e dos enunciadores em enunciações com *X aliás Y*.

Consideremos o enunciado<sup>5</sup>:

(11) O carnaval é uma porcaria (P). Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo (Q).

---

<sup>5</sup> O enunciado (11) “O carnaval é uma porcaria. Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo.” foi recolhido do “Diário do Povo, Campinas, 09.03.84, 1”.

Tomando-se a caracterização argumentativa, encontramos um problema na escala argumentativa de (11). Vejamos:

O carnaval é uma porcaria. |  $\uparrow$  Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo.

Se considerarmos a conclusão vamos pular o carnaval, os argumentos (P) e (Q) não orientam para a mesma conclusão.

O enunciado “O carnaval é uma porcaria”, sozinho, orienta para “não pular o carnaval”. Notemos, no entanto, que é inaceitável ou estranho, por exemplo,

(11a) (?) O carnaval é uma porcaria (P). Além disso a porcaria mais gostosa do mundo (Q).

(11b) (?) O carnaval é uma porcaria (P), ainda que a porcaria mais gostosa do mundo (Q).

Percebe-se que tanto em (11a) como em (11b) mantém-se a afirmação “O carnaval é uma porcaria”. Isso não ocorre com o ‘aliás’, onde se dá a retomada irônica, pois o fato de não acrescentar argumentos mantendo o precedente e com o fato de não ter uma função concessiva, podemos supor que enunciados do tipo *X aliás Y* apresentam a possibilidade de Polifonia e de um movimento irônico.

Podemos, então, dizer que é a presença do ‘aliás’ que abre a possibilidade de (11). Por outro lado, podemos considerar que há um traço irônico no referido enunciado que aparece pela expressão *porcaria mais gostosa*. Assim, vemos que o ‘aliás’ abre a possibilidade para que a ironia se dê. Antes da análise, vejamos como formula-se a tese de Ducrot (1987:98) sobre a ironia:

“falar de um modo irônico é, para um L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e, mais que isso, que ele a considera absurda. Mesmo sendo dado como responsável pela enunciação L, não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação.”

Realmente, a interpretação de Ducrot explica a ironia pela apresentação por parte do locutor dos enunciadores absurdos, E<sub>1</sub> e E<sub>2</sub> dos quais se distancia.

Na análise do ‘aliás’ que passo a fazer em seguida, introduzo um terceiro enunciador<sup>6</sup> para dar conta da ironia, uma vez que considerar o movimento irônico como próprio do locutor reporia a centralidade do sujeito da enunciação.

Assim temos, para (11), tendo em vista a ironia e a comparação com (11a):

---

<sup>6</sup> Agradeço a Oswald Ducrot que, em seminário em sua homenagem, realizado na UNICAMP, de 28 a 30 de outubro de 1996, endossou minha proposta de um terceiro enunciador para explicar a ironia.

- L [ E<sub>1</sub> - O carnaval é uma porcaria → não vamos pular o carnaval.  
 [ E<sub>2</sub> - O carnaval é uma porcaria → vamos pular o carnaval.  
 aliás  
 E<sub>3</sub> - A porcaria mais gostosa do mundo → vamos pular o carnaval.

Ou seja, o locutor de (11) representa pelo ‘aliás’ dois enunciadores (E<sub>2</sub> e E<sub>3</sub>) de tal modo que a perspectiva de E<sub>3</sub> mostra que a perspectiva de E<sub>2</sub> é irônica em relação a um outro enunciador, E<sub>1</sub>. Podemos ver que a perspectiva irônica de E<sub>3</sub> é constituída pelo ‘aliás’, que transforma *O carnaval é uma porcaria* em argumento co-orientado com *a porcaria mais gostosa do mundo*.

### 3. ALIÁS: CARACTERIZAÇÃO DO TOPOS

Ducrot (1989) mostra que o problema que se apresenta para a Teoria da Argumentação é que “as possibilidades de argumentação não dependem somente de enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação” (Ducrot, 1989:21)

Os princípios dos quais Ducrot (1989) fala têm a ver com as crenças partilhadas numa comunidade. Assim o que autoriza a passagem para a conclusão é o conceito de topos ( T ) que inclui tanto as crenças partilhadas como o fato de valer para situações diferentes daquelas em que é utilizado e há uma terceira característica, que é a gradualidade, tratada como Forma Tópica. Com essas três características, o conceito de Topos traz para o interior da língua a garantia de passagem do argumento para a conclusão. Com isso, Ducrot propõe-se a indicar “o lugar preciso onde se relaciona a língua e o discurso argumentativo” (Ducrot, 1995: 86).

O exemplo (11) pode ser analisado a partir da Teoria dos Topos e com essa teoria, a perspectiva do enunciador aparece como Forma Tópica (FT), isto é, a relação entre A e C, aplicada a uma relação interna da frase, como pode-se ver a seguir.

No exemplo (11), em ‘P’, primeiro segmento do enunciado, o locutor mostra o E1, que convoca o T1 e apresenta as formas tópicas: a FT’1 “quanto mais porcaria, pior um fato” e a FT’’1 “quanto menos porcaria, melhor um fato” o que leva à conclusão “não vamos pular o carnaval”, baseada na FT’1. Esta é a Forma Tópica discordante, usada para recusar a proposta de ir ao carnaval.

Em ‘aliás Q’, segundo segmento do enunciado, o locutor põe em cena mais dois enunciadores, E2 que convoca o T2, e apresenta as Formas Tópicas: FT’2 “quanto mais porcaria, melhor um fato” e FT’’2 “quanto menos porcaria, pior um fato”, o que leva à conclusão “vamos pular o carnaval”, refutada pela argumentação contida no primeiro segmento. Esta é a Forma Tópica da concordância. Além disso, há um terceiro enunciador, o E3, que fala da perspectiva da ironia e que concorda com o T2 e as respectivas Formas Tópicas.

Como se vê, nessa teoria, o princípio argumentativo convocado, a situação e a gradualidade são os pontos principais da análise.

Tanto na Teoria Polifônica como na Teoria de Topos, o movimento irônico dá-se não através de um locutor que se distânciava de dois enunciadores absurdos, mas de um enunciador (E3) que fala da perspectiva da ironia e que concorda com outro enunciador<sup>7</sup>.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ANSCOMBRE, J. C. e DUCROT, O. 1983. **L'Argumentacion dans la Langue**, Bruxelas, Mardaga.
- BALLY, C. 1965. **Linguistique générale et linguistique française**. Berna, Franck.
- BAKHTIN, M. 1963. **La poétique de Dostoievky**. Paris, Seuil.
- \_\_\_\_\_. 1981. **Marxismo e filosofia da linguagem** (vários tradutores). São Paulo, Hucitec.
- DUCROT, O. 1972. **Dire et ne pas dire**. Paris, Hermann.
- \_\_\_\_\_. et alli. 1980b. **Les mots du discours**. Paris, Minuit.
- \_\_\_\_\_. 1987. **O Dizer e o Dito** (diversos tradutores). Campinas, São Paulo, Pontes.
- \_\_\_\_\_. **Argumentação e "Topoi" Argumentativos** em Guimarães, E. **História e Sentido na Linguagem**. Campinas, Pontes.
- \_\_\_\_\_. 1995. **Topoi et formes topiques** in Anscombe J.C, *Théorie des Topoi*. Paris, Kimé.
- GUIMARÃES, E. R. J. 1987. **Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português**, Campinas, Pontes.
- \_\_\_\_\_. 1995. **Os Lugares da Argumentação** em *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, Pontes.
- SILVA, S. M. S. da. 1991. **Argumentação e Polifonia na Linguagem**. Campinas, Editora da UNICAMP.
- VOGT, C. 1980. **Linguagem, pragmática e ideologia**. Campinas, São Paulo, Hucitec.

---

<sup>7</sup> Faço um agradecimento especial a meu orientador, o professor doutor Eduardo Guimarães, da UNICAMP, pelos valiosos comentários, todos altamente pertinentes, quando da elaboração deste artigo. Agradeço também à professora doutora María Marta García Negroni, da Universidade Nacional de Buenos Aires, pelas sugestões dadas.